ESTADO DA ARTE: DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Marcia Regina Mocelin – Universidade Tuiuti do Paraná
mocelinster@gmail.com
Sarita A. de Oliveira Fortunato – Universidade Tuiuti do Paraná
saritafortunato@uol.com.br

EIXO TEMÁTICO: Gestão pedagógica e práticas de ensino e aprendizagem na dimensão da diversidade e da inclusão social e cultural

Resumo

Este trabalho visa analisar a produção científica sobre a temática *Doutrina da Proteção Integral*, direcionada aos direitos humanos de jovens e adolescentes no Brasil. Tem por finalidade subsidiar, teórica e metodologicamente, a investigação da temática na área educacional. A pesquisa está dividida em 4 (quatro) categorias complementares: a "Doutrina da proteção Integral", o "Estatuto da Criança e do Adolescente", o "Adolescente em Conflito com a Lei" e a "Socioeducação". Foram analisados quatro bancos de dados considerados da maior relevância em educação brasileira, o Banco de Dissertações e Teses da Capes no período de 1987 a 2011, uns dos mais importantes periódicos editados na área da educação no país, a Revista Educação & Sociedade, o Caderno CEDES e a Revista Brasileira de Educação.

Palavras-chave: Pesquisa Educacional, Doutrina da Proteção Integral, Gestão da Educação.

1. Introdução

O objeto de estudo dessa investigação exige compreender o que tem se realizado enquanto produção do conhecimento para as políticas públicas, que ofereça alternativas de solução sobre a Doutrina da Proteção Integral e as subcategorias em análise nela inseridas, como a Adolescência em Conflito com a Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Socioeducação.

Sua importância situa-se na questão que diz respeito aos adolescentes infratores, em conflito com a lei e a responsabilidade das políticas públicas no que concerne à educação desses adolescentes, no sentido de fornecer às políticas públicas elementos para superar a situação existente o que concerne à esse segmento tão importante da sociedade.

Foram analisados elementos de bancos de dados considerados da maior relevância em educação brasileira, o Banco de Dissertações e Teses da Capes (1987 a 2011), que reúne produções defendidas no *stricto sensu* do país e que até o período investigado totalizava

458.657. As informações deste banco são fornecidas diretamente a Capes pelos programas que são responsáveis pela veracidade dos dados.

A Revista Educação & Sociedade que teve seu primeiro número publicado em 1978, e que até 2011 disponibiliza 117 exemplares é um dos mais importantes periódicos editados na área da educação no país. Publicada quadrimestralmente, como um instrumento de excelência no que diz respeito ao incentivo a pesquisa acadêmica, possui um acervo de informações, de grande interesse aos que atuam nas ciências humanas. I indexada internacionalmente, recebe a contribuição não só do nosso país, mas também de autores de diversos países.

Os Cadernos Cedes são outra fonte primordial de pesquisa como publicações específicas, de caráter temático direcionadas a pesquisadores da área educacional. Totalizando, de 1980, até 2011, 85 volumes, com inúmeros artigos e resenhas que contém excelente subsídio para as pesquisas.

As publicações quadrimestrais da Revista Brasileira de Educação da ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Educação em coedição com a Editora Autores Associados, desde 1995 e até 2011 conta com 48 números com artigos científicos que visam o fomento a pesquisa. A análise desses documentos nos auxiliará na compreensão da relevância do estudo proposto, bem como o mapeamento da produção cientifica acadêmica educacional.

Ao fazermos o levantamento deste acervo científico pudemos observar o significativo aumento da preocupação com a formação humana embasada nos direitos em relação a se fazer cumprir a doutrina da proteção integral para nossas crianças e adolescentes, nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

Foram elencadas 4 categorias diferentes que se interligam e interagem. A "Doutrina da proteção Integral", o "Estatuto da Criança e do Adolescente", o "Adolescente em conflito com a Lei" e a "Socioeducação".

Assim, apresentam-se os dados para análises ainda iniciais sobre a categoria *Doutrina da Proteção integral* nas dissertações de mestrado.

2. Primeira categoria analisada: Doutrina de proteção integral

2.1. Doutrina de proteção integral nas dissertações de mestrado

Foram analisadas 38 (trinta e oito) dissertações, conforme tabelas abaixo:

Tabela 1. Dissertações por ano de 1987 a 2011

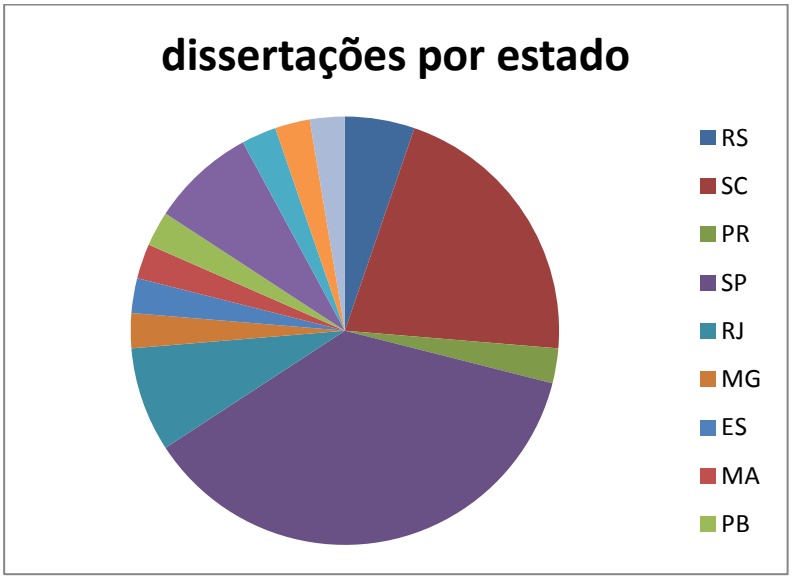
1995 01	1996 01	1997 01	1998 02	2001 02	2003 05	2004 01	2005 03	2006 02	2007 02	2008 05	2009 03	2010 07	2011 03

Tabela 2. Incidência por Estados

RS 02	SC 08	PR 01	SP 14	RJ 03	MG 01	ES 01	MA 01	PB 01	AM 03	GO 01	AP 01	CE 01

É possível perceber que o tema só começa a ser debatido a partir de 1995, e ainda assim com muita timidez. Somente em 2003 é que as pesquisas começam a tornarem-se mais intensas culminando em 2010 com sete dissertações. Todavia o conteúdo dessas dissertações , assim como o das teses, está em análise dentro dos campos de conhecimento aqui detectados.

Gráfico 1



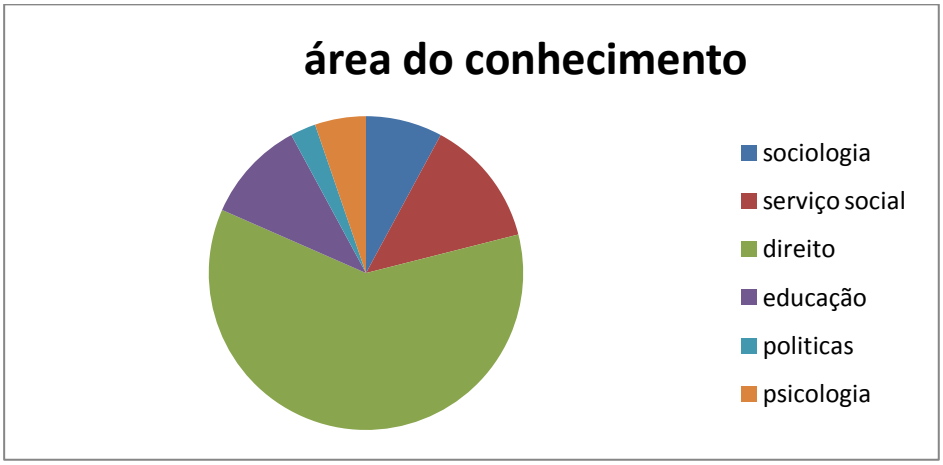
A região Sul e a região Sudeste concentram 30 das 38 dissertações analisadas, restando apenas 8 (oito) dissertações para as outras 3 regiões do Brasil.

Observando esses dados podemos inferir um primeiro momento que: o Brasil é muito mais desenvolvido cientificamente nas menores regiões em extensão territorial; e seu desenvolvimento causa uma relevante preocupação com a dignidade e formação humana através da garantia de seus direitos.

Tabela 3: Áreas do Conhecimento

Sociologia	Serviço social	Direito	Educação	Políticas públicas	Psicologia
03	05	23	04	01	02

Gráfico 2



Novamente fica evidente a incidência da área de concentração maior do Direito, seguida pela Assistência Social e depois Educação, não restando dúvidas que o que se procura não é conhecer os seus direitos e educar-se para garanti-los, mas, simplesmente cumprir a Lei. São reafirmadas nas palavras-chave o que acima é dito, quando verificamos que, "criança e adolescente", "medidas socioeducativas", 'proteção Integral", "ECA" e "direitos" aparecem com maior incidência

2.2.Metodologias utilizadas nas dissertações analisadas

De uma maneira geral as dissertações apresentadas nesse bloco sob a categoria maior da Doutrina da Proteção Integral, têm um atendimento específico sobre as legislações que regem a criança e o adolescente. Uma forma de comparação entre leis, pareceres, declarações e sínteses históricas aparecem na grande maioria dos textos. Poucas trazem o *estudo de caso* em evidência e ainda em sua maioria apontam a quantificação de dados. Portanto, a maioria pode ser apontada como descritiva documental.

Neste sentido, o aporte teórico reúne, enquanto apoio bibliográfico, obras de junho jurídico.

2.3. Doutrina da proteção integral nas teses de doutorado

Foram analisadas 4 (quatro) teses. Observou-se com muito interesse, que um assunto de tamanha relevância e destaque no cenário nacional, só tenha o olhar atento dos

pesquisadores dez anos depois de promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente e ainda com uma pesquisa muito pequena.

Tabela 4. Quantidade de teses por ano de 1987 a 2011:

2000 01	2006 02	2009 01

Tabela 5. Incidência por Estados:

RS 01	SP 03

Importante analisar o fato de concentrarem-se em São Paulo três das quatro teses. O estado mais populoso e com maior índice de violação de direitos humanos do Brasil traz também a maior preocupação com as questões da proteção da criança e do adolescente. As áreas do conhecimento abordadas foram Ensino Profissionalizante teses e Direito, duas teses por área.

Tendo somente 4 teses para análise fica complexo emitir um parecer concreto sobre a incidência da área do conhecimento. No entanto dos dados que temos, aponta-se o equilíbrio entre a área da educação e a área jurídica.

Nas palavras chave ou nas subcategorias de análise, mesmo tendo uma equidade entre as áreas de conhecimento percebe-se que a tendência é pela área do Direito e não pela área da Educação, como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 6. Palavras-Chave:

Adolescentes 02	Criança e adolescente 01	Direitos a imagem 01	Direito da personalidade 01
Desigualdade social 01	Ética 01	ECA 03	Geração de renda 01

Infração 01	Psicólogo escolar 01	Trabalho Educativo 01	Trabalho Infantil 01

2.4. Metodologia utilizada

Os autores em suas teses determinam sua metodologia em apenas duas delas. Em uma delas, diz ser sua metodologia os "aportes etnográficos da história de vida". E na outra aponta a metodologia utilizada como o Materialismo histórico dialético. Assim como nas dissertações dessa categoria analisada as teses trazem uma forma de comparação entre Leis, pareceres e declarações, assim como sínteses históricas. Em uma das teses também é apontado o estudo de caso de uma escola.

Quanto ao aporte teórico, o apoio bibliográfico reúne obras, sobretudo de cunho jurídico, como também são apontados Paulo Freire e Kant em uma das teses.

3. Segunda Categoria Analisada: O Estatuto da Criança e do Adolescente

Em nossa segunda categoria de análise trataremos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente nas dissertações de mestrados, onde a quantidade de dissertações analisadas soma 82 (oitenta e duas) pesquisas.

Tabela 7. Quantidade de dissertações por ano de 1987 a 2011:

1990 01	1993 04	1994 08	1995 03	1996 07	1997 07	1998 08	1999 02	2000 02	2001 05
2002 03	2003 03	2004 03	2005 02	2006 03	2007 05	2008 03	2009 05	2010 04	2011 03

O tema Estatuto da Criança e do Adolescente é a categoria mais debatida das categorias de análises propostas. Há uma regularidade entre os anos de 1996 e 1998 em torno de 7 (sete) e 8 (oito) dissertações, e uma permanência de preocupação em todos os anos em abordar esse assunto tão polêmico e erroneamente interpretado.

Gráfico 3

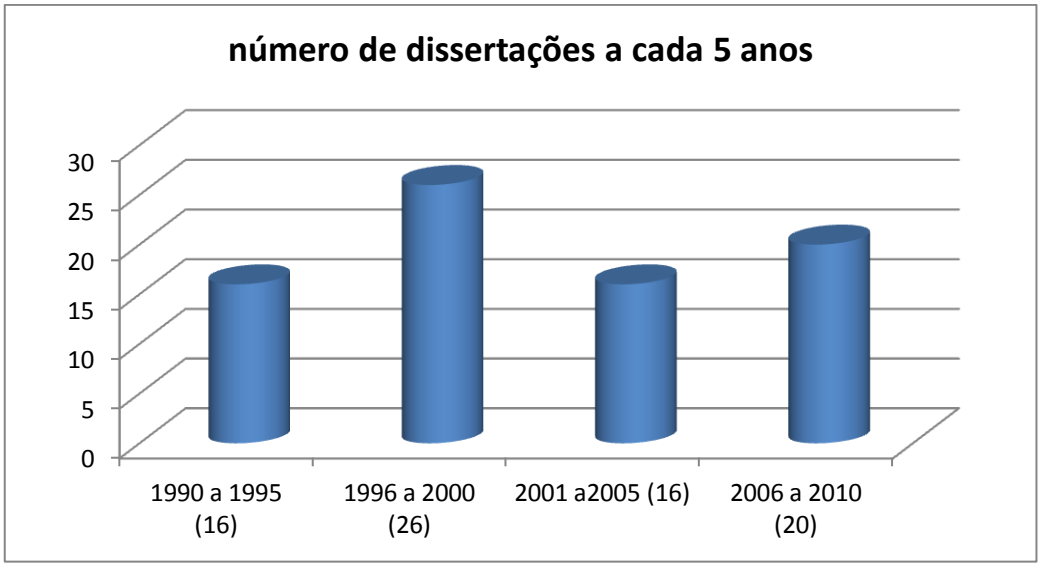


Tabela 8. Incidência por estado:

RS 04	SC 13	PR 08	SP 30	RJ 12	MG 01	DF 01	PE 02	PB 02	AM 02	GO 01	RN 01	CE 03	PA 02

A região Sul e a região Sudeste concentram 68 das 82 dissertações analisadas, restando apenas 14 dissertações para as outras 3 (três) regiões do Brasil. Se ainda subdividirmos as regiões sul e sudeste percebemos que a região sudeste fica com 43 das 68 dissertações, ou seja, com o dobro da região Sul. E ainda numa análise micro podemos perceber o estado de São Paulo quase três vezes a frente do segundo colocado que é o estado de Santa Catarina.

A quantidade de dissertações de mestrado áreas do conhecimento abordadas estão delineadas na tabela abaixo, para melhor compreensão.

Tabela 9: Áreas do conhecimento

Sociologia 05	Serviço social 19	Direito 30	Educação 15	Políticas públicas 01	Psicologia 02
História 01	Ciência Política 02	Filosofia 02	Ciências sociais 05	Administração 01	Enfermagem 01

Notamos que a área de concentração do Direito é a maior em nossa pesquisa, no entanto, se observarmos por outro ângulo, percebeu-se que as áreas de Ciências Sociais (sociologia, ciência política), Serviço Social e Educação ultrapassam a área supracitada, o que

abre uma nova visão acerca dos estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo com que as leis não sejam mais o foco principal, mas um suporte para a análise das outras ciências.

Tabela 10. Palavras chave:

Adoção 02	Adolescente 11	Adolescência 03	Abrigo 01	Ato infracional 01
Crianças 12	Criança e adolescente 12	Conselho tutelar 07	Cidadania 01	Castigo 01
Direitos da criança e do adolescente 05	Direito do menor 01	Direitos 04	Escola 01	Ética 01
Estado 01	ECA 19	Educação 06	Evasão 01	Emancipação humana 01
Filiação adotiva 01	Família 03	Genocídio 01	Garantia de direitos 01	Governo 01
Justiça 01	Legislação 03	Liberdade 01	Infância 02	Infração 03
Movimento nacional 01	Meninos de rua 02	Menor 03	Movimentos sociais 02	Medidas socioeducativas 05
Proteção 01	Políticas sociais 01	Regime fechado 01	Rua 01	Sinase 01
Trabalho infanto juvenil 06	Tutela 04	Violência 03	Saúde 01	Dignidade 01

Começam a aparecer aqui nas palavras chave à relação com a modificação do objeto de estudo destas dissertações. O Estatuto aparece aqui como categoria maior de análise, seguida de palavras que modificam o olhar do leitor. Pois agora a Lei dá vez à observação da Criança e do Adolescente em toda a sua simbologia, através das Políticas Sociais e da Educação.

3.1. Metodologia utilizada

Nas dissertações ora analisadas, quando se trata de metodologia utilizada, existem grandes equívocos relacionados ao que realmente é uma metodologia de pesquisa. Confundem-se metodologia, com método na maioria das análises. Pudemos encontrar algumas anotações como “análise coletiva dos direitos”, ”análise documental”, “estudo qualitativo de caráter exploratório”, “quadro comparativo” “pesquisa quali-quantitativa”, “pesquisa de campo”, “método dedutivo” e “ontologia marxiana”, para definir a metodologia utilizada.

No geral as dissertações apresentadas nesse bloco sob a categoria maior do Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma grande preocupação em como estão sendo tratados os

direitos das crianças e dos adolescentes sob um enfoque bem mais sociológico do que o tratado na categoria Doutrina da proteção Integral. Tem um atendimento específico sobre as legislações que regem a criança e o adolescente.

Raras são as dissertações que identificam os seus aportes teóricos. Em algumas das dissertações (mais especificamente 6 das 82) aparecem citados sob qual luz se escreve e se direcionam os textos. Nestas encontramos: Aristóteles, Oswaldo ferreira de melo, Marx, Lukacs, Meszaros, Tonet, Lessa, Jimenez, Paniago, costa, Foucault, Deleuze, Guatari, Rolnik, Pages, Bonetti, Gaulajac. No entanto a maioria ainda das citações são referentes as duas leis principais: a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente nas teses de doutorado

Em comparação ao número de dissertações desenvolvidas sobre o assunto, as teses analisadas (doze), têm uma quantidade não tão expressiva, no entanto se comparada ao número de teses em relação a categoria da *Doutrina da Proteção Integral*, é de três vezes maior. Mantém uma linearidade de no máximo duas ou três teses anuais, porém com um espaçamento de tempo maior.

Tabela 11. Quantidade de teses por ano de 1987 a 2011

1995	1996	2000	2001	2006	2007	2008	2009
01	02	01	02	03	01	01	01

Tabela 12. Incidência por Estado

SP	RJ	PR	RS
06	03	01	02

Todas as teses dessa categoria de estudo centram-se nas regiões sul e sudeste. Novamente São Paulo é o estado que traz 50% das teses analisadas.

Tabela 13. Área do conhecimento

Serviço Social	Direito	Educação	Ciências Sociais	Psicologia
03	04	03	01	01

É mais evidente o avanço e o interesse no estudo dessa área sob o enfoque da Educação e das Ciências Sociais, fazendo agora com que a área do direito não esteja mais em primeiro lugar.

Tabela 14. Palavras-chave

Adoção 02	Adolescente 02	Abrigo 01	Constituição 01	Cidadania 01
Criança 03	Criança e adolescente 01	Direitos da criança e do adolescente 01	Desigualdade social 01	Exclusão social 01
ECA 02	Educação especial 01	Educação 01	Juventude 01	Legislação 01
Município 01	ONGs 01	Política social 01	Trabalho social 01	Trabalho 01

Nas palavras chave a categoria de análise Estatuto da Criança e do Adolescente acompanha a área de concentração maior que são as Ciências Sociais e a Educação, dando maior sentido na busca de esclarecimentos e pesquisas no que diz respeito formação do ser humano e da não violação dos seus direitos para o exercício pleno da cidadania.

Diferentemente das dissertações, e de fácil compreensão, nas teses, os autores definem com mais clareza as suas metodologias. Nesse bloco de análise identificou-se: "Estudo de caso", "Analise documental", "Entrevistas", "Reconstrução histórica", "Analogia", "Perspectiva qualitativa", "Viés dialético crítico", "Materialismo histórico e dialético". No entanto, sobre a referência bibliográfica nesses 12 estudos apenas houve a referencia a "Pressupostos marxianos" e "Bardin".

4. Terceira categoria de análise: Adolescente em conflito com a lei

Essa categoria de análise é uma categoria em evidencia a partir dos anos 2000, pois entende-se que a sociedade passa por um período de evolução e intensificação da violência e da criminalidade infanto juvenil, consequentemente seu campo de estudo também fica em evidencia. Em 2010 é apontado seu auge com 10 estudos significativos.

Assim colocado, neste contexto, foram analisadas 52 (cinquenta e duas) dissertações de mestrado, considerando o período de 1987 a 2011. Para melhor esclarecimento observe as tabelas a seguir:

4.1. Adolescentes em conflito com a lei em dissertações de mestrado

Tabela 15. Quantidade de dissertações por ano de 1987 a 2011

1996 01	1997 01	1999 01	2000 01	2002 03	2003 05	2004 01	2005 03	2006 06	2007 05	2008 04	2009 04	2010 10	2011 07

Tabela 16. Incidência por estados

RS 07	SC 01	PR 05	SP 11	RJ 04	MG 04	ES 01	DF 05
RO 01	BA 02	GO 01	PA 01	CE 02	PB 02	RN 02	PE 03

A região Sul e a região Sudeste concentram 33 das 52 dissertações analisadas, restando 19 dissertações para as outras 3 (três) regiões do Brasil. Em comparação com as outras categorias analisadas até aqui podemos observar um aumento significativo dos estudos nessas regiões. É possível interpretar que houve um incremento ou um fomento nos cursos de pós graduação dessas regiões.

Nessa 3ª categoria analisada, surpreendentemente, o foco sai da área jurídica e vai para a área da psicologia aliada a educação. Surpreendente pelo fato dessa categoria entre as 4 estudadas, ser a mais ligada as questões jurídicas. Percebe-se a preocupação na formação desses indivíduos em detrimento do simples cumprir da lei. Nas palavras - chave a preocupação com a categoria adolescente fica em evidencia, até mesmo porque acompanha a questão da mudança de foco da área jurídica para a área da psicologia.

As dissertações apresentadas nesse bloco sob a categoria maior do Adolescente em Conflito com a Lei apresentam como metodologias utilizadas: “o estudo de caso”; “a pesquisa documental”; “o estudo comparativo”; “entrevistas”; “caráter exploratório”; “pressupostos teóricos da psicologia sócio histórica”; “abordagem sistêmica, psicossociológica e psicanalítica”; “análise fenomenológica”; “observação participante,quantitativa, transversal, descritiva e correlacional”; ” método indutivo” e “cartesiano”.

Em se tratando dos aportes teóricos utilizados nas pesquisas, aparecem mais especificamente os nomes dos teóricos. Os mais citados nas dissertações analisadas foram Vygotsky e Freire e Arroyo. Também foram citados outros estudiosos como: Trindade, Lauren, Azevedo, Bonetti, Bernardo, Bourdieu, Castel, Souza, Carvalho, Eyng, Raposo, Winnicott, Lévinas, Piaget, Lawrence kohlberg, Bakhtin, Rosseti, Pinto e Cordié. Citaram também a utilização de aportes embasados na pedagogia histórico critica e a psicologia histórico-cultural. E para finalizar acompanham em 100% as dissertações as leis maiores: ECA e Constituição Federal de 1988.

4.2. Adolescentes em conflito com a lei nas teses de doutorado

O tema adolescente em conflito com a lei nas teses de doutorado só entra em questão a partir do ano de 2005. Portanto, 15 anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente entrar em vigor. E se olharmos atentamente é tão recente e tão pouco explorado que só consta no cenário nacional há menos de uma década. Das 6 (seis) teses analisadas, a incidência por estado, no Rio de Janeiro concentra 50% dos estudos em relação a essa categoria de análise. Quanto às áreas do conhecimento, 2 (duas) teses se direcionam para a área da Educação, 1 (uma) para área da Saúde, 1 (uma) para Economia, 1 (uma) para Psicologia e 1 (uma) para Direito

Sendo assim, afirma-se que nas 6 (seis) teses analisadas o foco é diverso, demonstrando que a problemática do adolescente em conflito com a lei é passível de considerações e aprofundamentos científicos em todas as áreas do conhecimento. No que se refere ao levantamento das palavras chave, podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 17 . Palavras chave

Criança em situação de risco 01	Adolescente 01	Saúde 01	Cidadania 01	Juventude 02
Criminalidade 01	Subjetividade 01	Representações sociais 01	Alienação parental 01	Conflitos conjugais 01
Mãe solteira 01	Políticas públicas 01	Governo 01	Vida nua 01	Memória social 01

Fica evidente nas palavras chave a variedade da área de conhecimento e suas subcategorias de analise. Pois, apenas nas duas teses da área da educação um termo se repete.

Metodologia utilizada está centrada no trabalho em grupo, na perspectiva crítica, na análise dialética, na pesquisa qualitativa e nas técnicas de microeconometria, apontadas pelos autores das teses aqui analisadas. Nesse bloco de análise chamou a atenção à forma da metodologia da tese com área de conhecimento em economia, por ser de uma área não comum a educação. Já o aporte teórico observado nas teses pesquisadas, apresenta-se numa perspectiva sócio construtivista, na teoria das representações sociais de Michel Foucault e Giorgio Agamben, além das Leis, aportes indicados pelos autores das pesquisas.

5. Quarta categoria de análise: Socioeducação

5.1. Socioeducação nas dissertações de mestrado

Nesta última categoria, foram 23 (vinte e três) pesquisas científicas analisadas. Percebeu-se por meio desta investigação, o aumento dos estudos sobre a temática *Socioeducação* nos anos finais da década de 90 (noventa) e início dessa década. Interpreta-se que a evidência de tal aumento se deu em vista da preocupação dos órgãos públicos responsáveis pelo *bem estar social, "*pressionados" pela opinião pública, nos âmbitos: federal, estadual e municipal, em implantarem políticas públicas que incluam, por definitivo, nos seus debates e direcionamento político educacional, a questão da *Socioeducação*, bem como incentivo à pesquisa científica como parte dos estudos da diversidade cultural.

Tabela 18. Quantidade de dissertações por ano de 1987 a 2011

2003 01	2004 01	2006 01	2007 05	2009 02	2010 06	2011 07

Das 23 (vinte e três) dissertações de mestrado analisadas, a incidência por estados está distribuída da seguinte forma: 3 (três) dissertações em São Paulo, 5 (cinco) no Rio Grande do Sul, 11 (onze) no Paraná, 2 (duas) no Rio de Janeiro, 1 (uma) em Santa Catarina e 1 (uma) no Distrito Federal. De todas as dissertações analisadas somente uma não faz parte da região sul ou sudeste. E a incidência maior do tema nessa categoria se dá no estado do Paraná e em diferentes cidades, como Curitiba, Maringá, Ponta Grossa e Londrina.

Considerando as informações investigadas, pergunta-se: *Existiria um aumento significativo de adolescentes em conflito com a Lei nesse estado (Paraná) para tornar a preocupação tão evidente, a ponto de proporcionar a pesquisa cientifica?*

Martini (2010) [et.al] Kersting (2003) ao discutir sobre o "Estado como garantia de direitos e deveres", propõe:

> [...] o conceito de direito humano procurado numa esfera pré-cultural e enfatiza residir o caráter revolucionário de direito humano no fato de erigir uma ordem normativa de pura interpessoalidade, prioritárias sobre ordens jurídicas estatais, sobre todos os círculos culturais históricos e todas as interpretações morais religiosas ou metafísicas do ser humano e da conduta humana (MARTINI, 2010, p. 243).

Portanto, segundo a autora, baseada nos estudos de Kersting (2003), no que se refere à questão dos direitos humanos, afirma que o único ser humano é um ser finito, mortal, vulnerável, capaz de sofrer, resultando por isso, num estado de ausência de assassinato e homicídio, dor, violência, fome, miséria, opressão, tortura e exploração. Assim, tal proteção só pode ser concedida via Estado.

> O Estado e o Direito produzem um respeito fundamentado no poder, um respeito à liberdade dos outros que é, sobretudo, um respeito à privacidade dos outros; dentro dessa zona de privacidade individual a ser respeitada, pode florescer a diferença. Tal respeito mútuo que mantém a devida distância torna-se suficiente e não requer que haja necessidade de uma especial familiaridade coletivo-cultural para restabelecer a ordem (MARTINI, 2010, p.243).

Nessa linha de raciocínio, a autora destaca que Kersting (2003) faz uma classificação aos direitos humanos: condicionais e programáticos. Coloca que os direitos humanos condicionais abrangem o direito à vida, à incolumidade física e à segurança básica. Isto significa condições de vida sem violência, dentro de uma organização política previsível e confiável. Tais direitos condicionais asseguram a melhoria da vida política, mas a extensão deles depende da efetividade dos direitos programáticos (direito à liberdade, à igualdade política, à democracia) do ponto de vista de uma ética cidadã.

Certamente, a resposta para a questão formulada acima, nos remete a uma resposta necessária em pesquisar o tema na sua profundidade e complexidade social e econômica.

No contexto das dissertações analisadas 4 (quatro) são da área da Psicologia, 5 (cinco) da área da educação, 6 no campo do Serviço Social, 2 (duas) da área do Direito, 1 (uma) dissertação nas áreas de Linguística, Ciências Sociais, Teologia, Interdisciplinaridade e Saúde Coletiva, respectivamente.

O reordenamento institucional, e as modificações nos programas educacionais e da assistência social por parte do governo transparecem no estudo das dissertações sobre a Socioeducação. Iniciamos as nossas análises com uma total ênfase nas ciências jurídicas que lentamente vão dando lugar aos estudos de sociologia e educação. Nas palavras chaves a ligação entre políticas públicas e *Socioeducação* demonstra como o foco agora não é aplicar a sanção, mas sim propor políticas que realmente possam sanar o problema da infração juvenil.

Metodologia utilizada e aporte teórico

As dissertações de mestrado aqui analisadas apresentam metodologias similares às apresentadas nas demais categorias de análise, como por exemplo, o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica, Os referenciais em destaque são principalmente Foucault, e Vygotsky além de outros como Saviani, Thompson, Piaget, Monteiro Lobato, Nelly Novaes, Bakhtin, Volpi entre outros autores de cunho dialético.

5.2. Socioeducação nas teses de doutorado

Foram analisadas duas teses apenas de doutorado, sendo uma do ano de 2006 e outra do ano de 2011. Uma da Universidade de São Paulo e outra da Universidade do Estado do

Rio de janeiro. A de São Paulo é da área da Educação e a do Rio de janeiro da área interdisciplinar. Nas palavras chave o que temos são: adolescente; direito a educação e ambivalências; contradições; controle e crime.

De forma clara uma das teses propõe a reorganização dos programas de socioeducação através dos estudos de convenções, recomendações, diretrizes e regras, enquanto a outra propõe a observação em relação a mudança do controle dos discursos dos atos infracionais. Nenhuma delas traz um aporte específico. Ambas pautam-se nas leis.

Resumindo e ao considerar as análises até aqui delineadas, de forma geral, pudemos constatar ao fazer esse estudo do que já temos publicado que:

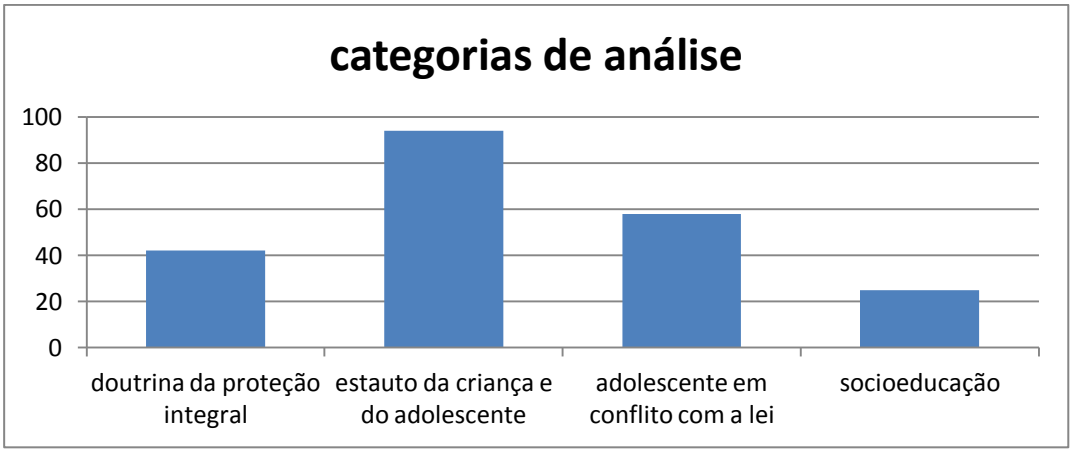
Tabela 19 – Conforme as quatro categorias de análise: número de dissertações de mestrado e teses de doutorado

CATEGORIA DE ANÁLISE	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	TESE DE DOUTORADO
DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL	38	04
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	82	12
ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	52	06
SOCIOEDUCAÇÃO	23	02
TOTAL	195	24

6. Algumas considerações

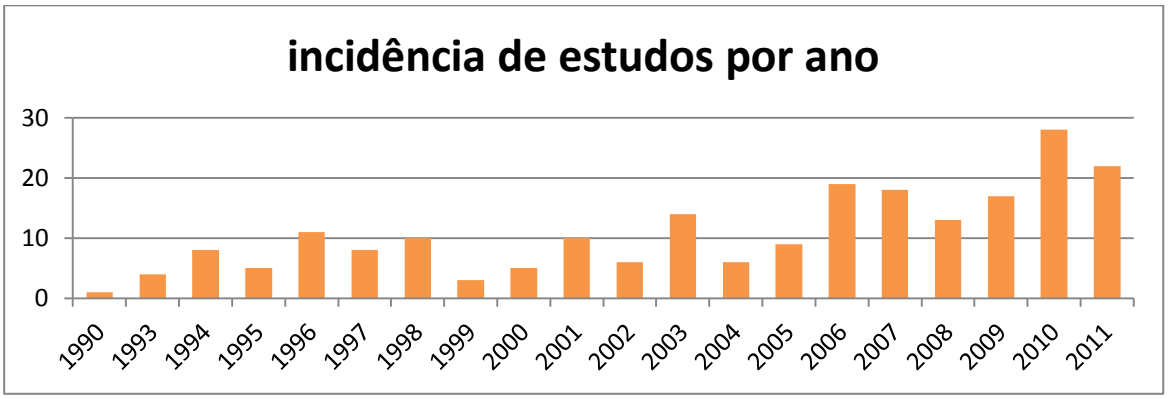
As 195 dissertações de mestrado e 24 teses de doutorado analisadas para compor o novo estudo intitulado "DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: UMA DOUTRINA PARA FORMAÇÃO HUMANA?", somam 219 estudos de relevância, sendo 42 na categoria Doutrina da proteção Integral; 94 na categoria Estatuto da Criança e do Adolescente; 58 na categoria Adolescente em Conflito com a Lei e 25 na categoria Socioeducação, ficando o mapa da seguinte forma:

Gráfico 5 – Categorias de análise



Em relação à distribuição das dissertações e teses por ano:

Gráfico 6 – Incidência de estudos por ano



Na Incidência por estados os estudos revelam a região sul e sudeste com o domínio da produção científica do país. Na área de concentração maior das pesquisas verificamos que a área jurídica com 67 estudos se destaca das demais. No entanto, é seguida de muito perto pela Educação (40), e Serviço Social (35). Nas palavras chave as quatro categorias maiores de análise são as que se destacam, seguidas de categorias que estão diretamente ligadas a elas. Por exemplo: Doutrina da Proteção Integral/Direitos; Adolescente em conflito com a Lei/Criança e Adolescente; Socioeducação/Medidas Socioeducativas /Ato Infracional, e, todas elas podem vir somadas a categoria ECA.

Por fim quando nos debruçamos sobre a análise da metodologia utilizada e do aporte teórico principal das dissertações e teses concluímos a carência em identificar com propriedade a metodologia denominada corretamente, sem ser confundida com método de estudo. Os referenciais mais citados são sempre a legislação acompanhada de alguns referenciais mais citados como Marx, Foucault e Vigotsky.

Ao fazermos a análise da produção bibliográfica da Revista Educação & Sociedade que teve seu primeiro numero em 1978, somando até 2011 117 exemplares, o que significa mais de uma milhar de artigos e resenhas, confirmamos uma ausência muito significativa do debate em torno das questões ligadas a Doutrina da Proteção Integral. Temos apenas 6 trabalhos de pesquisa abaixo listados:

Tabela 20– Artigos analisados: título, autor, número do periódico e ano de publicação

Uma Pedagogia para o Menor ”Marginalizado”	Angel Pino Sirgado	Nº 04	1979
O reino do crime	José Manoel de Aguiar Barros	Nº 20	1985
A questão do menor e o significado da infância na sociedade burguesa	Angel Pino Sirgado	Nº 28	1987
Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia	Miguel González Arroyo	Nº 100	2007
Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão.	Silvana Machado Cella & Dulce Maria Pompêo de Camargo	Nº 106	2009
Cidadania, educação e responsabilidade social: percursos biográficos de jovens grávidas em contextos de proteção social.	Laura Fonseca Sofia Santos & José Manuel Peixoto	Nº 117	2011

Todos os estudos apontam para caminhos e perspectivas que levam a perceber a ausência ou quase estagnação de uma possível transformação. O principal item entendido como facilitador para a não transformação é a falta de investimentos e políticas públicas específicas e adequadas a cada espaço e suas condicionantes.

A urgência em unir os polos família, escola e sociedade é sugerido em todos os estudos como um possível indicador de transformação social. Abandonar em todas as instâncias o velho paradigma da punição e repressão e dar lugar a prática da aquisição dos direitos e deveres, para uma cidadania plena.

Os *Cadernos Cedes*, outro instrumento de investigação, são publicações de caráter temático publicados desde 1980 e até 2011, somam 85 volumes. O Caderno temático número

81 de maio a agosto de 2010, intitulado Educação e Direitos Humanos: Contribuições para o Debate se aproxima de nosso objeto de investigação e é o referencial dessa análise.

Nesse caderno temos 7 (sete) artigos com temas variados como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 21 – Artigos analisados por título e autor

Derechos humanos y género	Rita Radl Philipp
Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino	Elisangela Lélis Cunha
O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse novo ator social, titular de direitos.	Dulce C. Andretta Whitaker
Convivencia familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola.	Maria Aparecida Nery
A prevenção às drogas como garantia do direito à vida e à saúde: uma interface com a educação	Luci Mara Bertoni e Dulcinéia da Silva Adorni
Preparação para o trabalho na fundação CASA: as oficinas profissionalizantes	Camilla Marcondes Massaro
Educação e direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea	Angela Viana Machado Fernandes e Melina Casari Paludeto

Os estudos trazem variadas análises sobre direitos e discutem sobre sexo-gênero com ênfase na dignidade humana; o idoso e as mudanças sociais que implicam em sua perda de poder; o direito a convivência familiar e comunitária da criança; prevenção de drogas como direito a vida; oficinas de trabalho em centro de Socioeducação; educação voltada aos direitos humanos e a exclusão de mulheres reeducandas em processo de ressocialização.

O último referencial analisado neste Estado da Arte são as publicações quadrimestrais da Revista Brasileira de Educação da ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Educação em coedição com a Editora *Autores Associados*. São 48 (quarenta e oito) números publicados de 1995 a 2011. Nestes números publicados encontramos 5 (cinco) artigos e duas resenhas (citando o primeiro número do ano de 2012) que estão ligados ao nosso objeto de investigação, a saber:

Tabela 22– Artigos e resenhas analisadas: título, autor, número do periódico e ano

A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras	Carmen Sylvia Vidigal Moraes	Nº 15	2000
Prisão especial e diploma de ensino superior: uma aproximação crítica	Carlos Roberto Jamil Cury Maria Alice Nogueira	Nº 16	2001
Estratégias sociais e educação prisional na Europa: visão de conjunto e reflexões	Hugo Rangel	Nº 34	2007
A pedagogia social e as racionalidades do campo socioeducativo (**resenha)**	Zucchetti, Dinora Tereza	Nº 38	2008
Adolescência - violência: desperdícios de vidas (**resenha)**	Guralh, Soeli Andrea; Migliorini, Silvia R. Martins L.	Nº 38	2008
O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro	Julião, Elionaldo Fernandes.	Nº 45	2010
As escritas de si na privação de liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida	Nilda Stecanela e Evaldo Antonio Kuiava	Nº 39	2012

O resgate da trajetória de meninos e meninas que não tiveram infância; a liberdade de ir e vir, o mais sagrado dos direitos civis; o aspecto cada vez maior de segregação da escola numa comparação explanada a partir do fator de que cada um deve ocupar na sociedade o lugar que lhe cabe; comparações sobre estado de prisão fora do Brasil; a punição ainda como meio de ressocializar os detentos; a análise pelo próprio jovem em privação de liberdade de sua condição de existência, entre tantos outros subtemas que os artigos apresentam, compõe a mescla de informações e a complexidade do objeto abordado nessa tese.

Finalmente, a partir dos dados levantados até o momento e pensando nas novas formas de produção da existência, assim como a prática dos direitos e deveres do ser humano para a emancipação humana, damos início a esta nova tese de doutorado, investigando que respaldo teórico a secretaria responsável pelas políticas públicas de proteção integral da criança e do adolescente dá a esse segmento e como está acontecendo essa política de proteção.

E concluímos socializando com Ferreira (2008), sobre a temática em estudo:

> Perdido e encantado, atemorizado e iludido, homem e mulher buscam sua condição de cidadão e de cidadã num "mundo" que não se circunscreve mais à sua pátria desterritorializada, mas ao conjunto das condições materiais e espirituais do mundo global. Quer, deseja, necessita firmar-se como cidadão/cidadã, e vê-se na condição de cidadão/cidadã do mundo, quando sequer tornou-se cidadão/cidadã de seu país (FERREIRA, 2008, p. 7).

A apropriação da vida humana inclui comunicação e diálogo. Este é um aspecto essencial, porque, muitas vezes, os impedimentos estão presentes nos processos sociais referentes aos direitos humanos e às políticas públicas implantadas no seu próprio país. A que ser pensar nisso.

7. Referências

BANCO DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES. (Acesso em 25/04/2011) Disponível em www.capes.gov.br/servicos/**banco-de-teses:**

CADERNOS CEDES. (Acesso em 20/05/2011) Disponível em http://www.cedes.unicamp.br/cad_exemplares.htm:

FERREIRA, N. S. C. (Org). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KERSTING, W. *Universalismo e direitos humanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003

MARTINI, R. M. F. Direito à educação: em busca de uma justificação no horizonte dos direitos humanos. In: OLIVEIRA, A. da R.; GHIGGI, G.; OLIVEIRA, N. A. (Orgs). *Caleidoscópio*: temas de educação e filosofia. Pelotas: UFPEL, (p. 237-258), 2010.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. (Acesso em 10/06/2011) Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm:

REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. (Acesso em 23/06/2011) Disponível em http://www.cedes.unicamp.br/rev_exemplares.htm: